

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Processo Seletivo
EDITAL Nº 73/2024



LÍNGUA PORTUGUESA

TARDE

PROVA TIPO 1 - BRANCA



Informações importantes para os candidatos com DUAS INSCRIÇÕES

Atenção quanto às informações sobre a marcação das questões e o preenchimento da Folha de Respostas.

O candidato com **DUAS INSCRIÇÕES** fará duas provas e receberá:

- **Dois cadernos de provas** – cada um composto por 40 questões.
 - As questões de CONHECIMENTOS BÁSICOS, aplicáveis a todas as áreas de conhecimento (Educação Básica) e eixos tecnológicos (Educação Profissional), estão presentes em todos os cadernos de provas. Contudo, elas deverão ser respondidas em apenas um caderno, cuja escolha é de responsabilidade do candidato, bem como transcritas uma vez para a Folha de Respostas.
-  As questões do NÚCLEO COMUM, aplicável a todos os eixos tecnológicos, estão presentes em todos os cadernos da Educação Profissional. Elas também deverão ser respondidas em apenas um caderno e transcritas uma vez para a Folha de Respostas.
- **Uma Folha de Respostas** para marcação das respostas das questões pertinentes às/aos áreas/eixos que concorre. Tenha bastante atenção ao realizar a transcrição, pois a Folha de Respostas não será substituída.

Quantidade total de questões, conforme categoria de concorrência:

- Duas inscrições na Educação Profissional: 56 questões;
- Duas inscrições na Educação Básica: 72 questões; ou
- Uma inscrição na Educação Profissional e uma na Educação Básica: 72 questões.

EDUCAÇÃO BÁSICA

As questões de nº 01 a 08 se referem aos Conhecimentos Básicos (Língua Portuguesa, Estatuto da Criança e do Adolescente e Conhecimentos Didáticos).

As questões de nº 09 a 40 se referem aos Conhecimentos Específicos.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As questões de nº 01 a 08 se referem aos Conhecimentos Básicos (Língua Portuguesa, Estatuto da Criança e do Adolescente e Conhecimentos Didáticos).

As questões de nº 09 a 24 se referem ao Núcleo Comum, aplicável a todos os eixos tecnológicos da Educação Profissional.

As questões de nº 25 a 40 se referem aos Conhecimentos Específicos.

ATENÇÃO



Cada candidato receberá apenas **uma Folha de Respostas**, independentemente das áreas de conhecimento (Educação Básica) e eixos tecnológicos (Educação Profissional) que está concorrendo.

FUNÇÃO: LÍNGUA PORTUGUESA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

As questões de nº 01 a 08 se referem aos Conhecimentos Comuns (Língua Portuguesa, Estatuto da Criança e do Adolescente e Conhecimentos Didáticos) aplicáveis a todas as áreas de conhecimento (Educação Básica) e eixos tecnológicos (Educação Profissional) e estão presentes em todos os cadernos de provas.

ATENÇÃO



As respostas referentes às questões a seguir deverão ser transcritas para a Folha de Respostas **apenas uma vez**.

LÍNGUA PORTUGUESA

Responda às questões 01 e 02 reconhecendo o infográfico a seguir como um exemplo de texto multimodal e considerando a linguagem que o compõe.



(Disponível em: <https://www.paranaeducacao.pr.gov.br/Pagina/Escola-Solar>. Acesso em: agosto de 2024.)

Questão 01

Está correto o que se afirma em:

- A) Ao integrar modalidades semióticas distintas, o infográfico conjuga elementos verbais e não-verbais contribuindo para um mesmo propósito comunicativo.
- B) Por meio dos recursos utilizados, o texto tem como objetivo principal despertar o interesse dos leitores pelo conhecimento científico acerca da energia solar.
- C) O objetivo do infográfico apresentado é transmitir informações específicas ao mesmo tempo que promove a compreensão referente ao desenvolvimento da energia solar.
- D) O texto apresentado é utilizado para ampliar a divulgação das informações, assim como promover a conscientização sobre sustentabilidade em todos os segmentos da sociedade.

Questão 02

A reescrita do trecho destacado a seguir “*Objetivos estratégicos do projeto: Promover a sustentabilidade nas instituições de ensino por meio da instalação de usinas fotovoltaicas em escolas públicas da rede estadual do Paraná; [...]*” apresenta-se em adequação de acordo com a norma padrão da língua, mantendo-se o sentido original (ainda que com adequações necessárias quanto à finalização do período) em:

- A) A sustentabilidade será promovida para as instituições de ensino por meio da instalação de usinas fotovoltaicas em escolas públicas da rede estadual do Paraná.
- B) A promoção da sustentabilidade nas instituições de ensino, por meio da instalação de usinas fotovoltaicas em escolas públicas da rede estadual do Paraná, é um dos objetivos do projeto.
- C) Promover práticas de sustentabilidade nas instituições de ensino por meio da instalação de usinas fotovoltaicas em escolas públicas da rede estadual do Paraná são objetivos do projeto.
- D) Reconhecendo-se a importância de promover a sustentabilidade nas instituições de ensino por meio da instalação de usinas fotovoltaicas em escolas públicas da rede estadual do Paraná.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O caso hipotético contextualiza as questões **03** e **04**. Leia-o atentamente.

AC é uma adolescente de doze anos que mora com a avó, após os pais se separarem e mudarem de cidade à procura de novas oportunidades de trabalho. O avô de AC teve muita dedicação nos cuidados da neta e zelou pela sua educação até o ano de 2020, quando veio a falecer na epidemia de coronavírus.

A avó, embora receba pensão por morte do esposo, precisa trabalhar como diarista para garantir o sustento dela e da neta, uma vez que os pais da jovem falham em suas ajudas financeiras.

Esse caso familiar é acompanhado pelos profissionais da educação da escola de AC e, por esse motivo, começam a estranhar as faltas injustificadas que a aluna vem apresentando desde 2023, gerando sua retenção/repetência.

Conhecedora das legislações vigentes, a diretora da escola convoca a avó de AC para uma reunião, a fim de informá-la sobre os procedimentos e medidas junto ao Conselho Tutelar.

A avó aciona a mãe de AC, que comparece na escola em um dia de atividades coletivas para saber se a filha está presente. Ao chegar nas imediações da instituição de ensino, a mãe e a aluna têm uma discussão que termina com violência psicológica e física (xingamentos e tapas).

Ao ver a situação, a avó logo se prontifica a ajudar AC, para que sua situação não piore ainda mais, já que a aluna relata, repetidas vezes, que sofre *bullying* de colegas das outras turmas.

A supervisora e a diretora da escola interrompem a atividade escolar como forma de deslocar os alunos para o outro pátio, na tentativa de mitigar os efeitos da situação vexatória.

Todos entraram na sala de reuniões, menos AC, que ficou se recuperando na sala da direção escolar. A situação do grupo familiar ficou ainda mais delicada porque a Conselheira Tutelar esteve presente e pôde ver o ocorrido.

Com o entendimento de que *bullying* é uma prática multifatorial causadora de adoecimentos psíquicos, redução do desempenho, elevados índices de repetência e evasão escolar, após as narrativas de todos, a escola se comprometeu a realizar ações para o combate ao *bullying* e a mãe foi orientada a buscar os dispositivos municipais de saúde para atendimentos psicológicos para si e para AC.

Questão 03

O capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer – do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), apresenta, em seu Art. 56, quais são os casos em que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicam ao Conselho Tutelar sobre a situação de seus alunos. À luz do caso hipotético, são situações de comunicação dos dirigentes escolares ao Conselho Tutelar, EXCETO:

- A) Elevados níveis de repetência.
- B) Maus-tratos envolvendo seus alunos.
- C) Casos de grupos familiares em situação de desemprego prolongado.
- D) Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.

Questão 04

“À luz do caso hipotético, o ocorrido com a aluna pode ser considerado como uma situação vexatória e/ou constrangimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê, em seu Art. _____, pena de detenção de seis meses a _____ anos.”

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) 230 / três
- B) 231 / dois
- C) 232 / dois
- D) 234 / dois

CONHECIMENTOS DIDÁTICOS

Questão 05

O Currículo da Rede Estadual Paranaense (Crep) tem como objetivo complementar e reorganizar o Referencial Curricular do Paraná, abordando as principais necessidades e características da nossa rede de ensino à luz da BNCC. Nele, são elencadas sugestões e orientações adequadas a nossa realidade regional, que devem servir como base para o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais para a trajetória dos estudantes nesta etapa de formação correspondente ao nível fundamental II – e para que esses possam atuar em sociedade, agindo, crítica e responsavelmente, frente aos desafios do mundo contemporâneo. O Crep, dessa forma, apresenta-se como instrumento de trabalho que objetiva orientar a construção das Propostas Pedagógicas Curriculares (PPCs), dos Planos de Trabalho Docente (PTDs) e dos planos de aula. No contexto do Crep, os objetivos de aprendizagem:

- I. São definidos pela BNCC, onde são expressos em dez competências gerais que orientam o desenvolvimento escolar dos estudantes em todas as fases da Educação Básica.
- II. São o ponto de partida para o planejamento docente, orientando a seleção de conteúdos, metodologias, recursos e instrumentos de avaliação.
- III. São sugestões complementares ao conteúdo programático, podendo ser adaptados livremente pelo professor de acordo com a sua realidade e os interesses dos estudantes.
- IV. São flexíveis e podem ser modificados pelos professores durante o processo de ensino, adaptando-se às necessidades dos estudantes.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 06

A educação vem passando por grandes transformações e as instituições de ensino estão sendo intimadas a repensarem suas práticas de ensino e metodologias de aprendizagem. Nesse sentido, as metodologias ativas estão alinhadas com a educação na contemporaneidade e vêm sendo impulsionadas em conjunto a novas práticas, mediadas pelo uso de tecnologias. Elas representam uma abordagem pedagógica que coloca o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem, promovendo sua atuação como protagonista de sua experiência educativa. Considerando as implicações pedagógicas no uso das metodologias ativas, podemos afirmar que:

- A) Embora coloquem o aluno como protagonista, dependem de uma estrutura predeterminada de atividades, que dita a personalização da aprendizagem e a flexibilidade dos conteúdos a serem explorados.
- B) Concentram-se principalmente em criar um ambiente colaborativo, mas tendem a negligenciar a importância da autonomia individual, dificultando a adaptação de estudantes com diferentes estilos de aprendizagem.
- C) Seu sucesso está intrinsecamente ligado ao uso de novas tecnologias, uma vez que a interação digital é o meio eficiente para garantir o protagonismo dos alunos no processo educacional por meio de trilhas individuais de aprendizagem.
- D) Seu conceito está mais relacionado a uma abordagem pedagógica, que busca envolver o estudante em sua própria aprendizagem, sendo menos sobre a aplicação de métodos específicos e mais sobre a mudança de paradigma em relação ao papel do aluno no processo educativo.

Questão 07

A professora Júlia é docente em uma turma do 5º ano em uma escola pública. Ela percebe que alguns alunos apresentam dificuldades significativas em acompanhar o conteúdo de leitura e escrita. Além disso, nota que esses alunos demonstram baixa autoestima e uma alta sensibilidade ao fracasso, muitas vezes evitando participar das atividades por medo de errar. Reconhecendo a importância de um acompanhamento que integre o desenvolvimento cognitivo e emocional, Júlia decide elaborar um plano de intervenção que considera ambas as dimensões no processo de aprendizagem. No contexto das práticas pedagógicas que integram o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos com dificuldades de aprendizagem, a professora Júlia será mais assertiva se:

- A) Dividir os alunos em grupos de acordo com suas habilidades cognitivas, permitindo que aqueles com maior dificuldade se concentrem em atividades mais simples, reduzindo o risco de frustração e preservando sua autoestima.
- B) Aplicar testes de desempenho frequentes para monitorar o progresso cognitivo dos alunos e utilizar *feedback* corretivo imediato, sem dar ênfase às questões emocionais, que devem ser tratadas separadamente por um profissional especializado.
- C) Utilizar histórias e textos que abordam temas de superação e autoestima, promovendo discussões em grupo para fortalecer o aspecto emocional dos alunos, enquanto aplica atividades de leitura e escrita personalizadas que respeitam o ritmo individual de cada aluno.
- D) Priorizar atividades de reforço cognitivo intensivo, como exercícios repetitivos de leitura e escrita, para assegurar que os alunos alcancem o nível de desempenho esperado, já que intervenções voltadas ao aspecto emocional devem ser orientadas por profissionais especializados.

Questão 08

A avaliação da aprendizagem, quando compreendida como um processo contínuo e intrínseco à prática pedagógica, transcende a mera mensuração de resultados. Ao considerar as dimensões formativa e diagnóstica, o professor assume um papel ativo na construção de conhecimentos significativos. Com base nessa perspectiva, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A avaliação formativa se assemelha a uma avaliação diagnóstica, como quando identifica novas dificuldades durante o processo, mas não são a mesma coisa, pois a formativa tem um caráter contínuo e ajustável ao longo do tempo.
- () A avaliação diagnóstica, por ocorrer no início do processo de ensino, tem como principal objetivo classificar os alunos em grupos homogêneos, facilitando a organização do trabalho pedagógico.
- () A avaliação formativa, ao fornecer *feedback* contínuo aos alunos, permite que o professor ajuste suas práticas pedagógicas e que os estudantes reflitam sobre seu próprio processo de aprendizagem.
- () A avaliação da aprendizagem deve ser vista como um instrumento semelhante ao contrato didático, utilizado pelo professor para controlar o processo de ensino e promover o clima escolar em sala de aula.
- () A avaliação formativa e a avaliação diagnóstica são processos independentes, com objetivos distintos: a primeira busca acompanhar o progresso, e a segunda, identificar dificuldades.
- () Ambas as avaliações são complementares, mas a avaliação diagnóstica possui um caráter classificatório, enquanto a avaliação formativa tem como foco a melhoria contínua da aprendizagem.

A sequência correta está em

- A) V, F, V, F, F, F.
- B) F, F, V, V, F, V.
- C) F, V, F, V, V, F.
- D) V, V, F, F, V, V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Leia o texto I para responder às questões de 09 a 17.

Texto I

Uso de linguagem simples no meio jurídico pode cumprir função de democratizar a informação

Mutatis mutandis, data venia, quantum debeat e outras expressões como essas poderiam facilmente ser nomes de feitiços da saga *Harry Potter*, como o clássico *Avada Kedavra*, que fez sucesso nos anos 2000. No entanto, a origem dos termos mencionados é bem menos empolgante. Derivadas do latim, essas palavras podem ser estranhas para a maioria da população, mas são recorrentes no meio jurídico. Apesar da roupagem complicada, esses são termos que expressam conceitos simples. *Data venia*, basicamente, significa “discordo”. *Mutatis mutandis* é sinônimo de “mudando o que tem que ser mudado”, termo usado para indicar que uma lei ou medida deve ser adaptada para ser aplicada em uma determinada situação. Já a expressão *quantum debeat* é usada para dizer “quanto se deve”. Palavras rebuscadas, sentidos comuns.

O professor Daniel Pacheco, da Faculdade de Direito da USP em Ribeirão Preto, aponta que o modo de falar usado no Direito é arcaico e se trata de uma herança ultrapassada que remonta aos tempos da Roma antiga. “No Brasil, o Direito vem da tradição romana, então se adota aqui o chamado sistema romano-germânico. E lá na Roma antiga, 2 mil anos atrás, se tinham fórmulas que deviam ser repetidas exatamente iguais aos modelos pelos advogados e juízes. Então, o advogado que ia participar de alguma audiência deveria falar daquela exata forma que estava prescrita, qualquer coisa diferente daquilo seria um erro. Trata-se de uma tradição muito engessada e isso se estendeu ao longo dos anos, virou cultura da área. Em um passado mais recente, a pessoa que estudava Direito normalmente era aquela pessoa mais culta, que dominava a língua portuguesa muito bem e gostava de mostrar essa erudição quando trabalhava. Então se criou essa ideia, que se tem até hoje, de que usar uma linguagem inacessível, falar de forma complicada e complexa, é sinônimo de competência”, explica.

Para uma parcela dos profissionais da área, o uso desse tipo de linguagem afasta o público geral das discussões e decisões tomadas no meio jurídico e o desintegra do restante da sociedade. O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, afirma que “quase tudo o que decidimos pode ser explicado em uma linguagem simples, que as pessoas consigam entender, ainda que para discordar, mas para discordar daquilo que entenderam”. Sendo assim, uma das maiores bandeiras de sua gestão é o Pacto Nacional pela Linguagem Simples no Judiciário, que já conta com a adesão de mais de 70 tribunais e órgãos da Justiça brasileira.

O professor explica que a manutenção do uso desse vocabulário tradicional do Direito não faz sentido para os dias atuais e não traz retornos positivos. “Esse é o tipo de coisa que as pessoas apenas continuam fazendo sem refletir por quê. Vamos fazer um paralelo: advogado, jurista de modo geral, tradicionalmente sempre usou gravata, que é uma vestimenta que foi criada na Rússia, um país muito frio, para deixar a pessoa mais aquecida. Não faz sentido nenhum a gente usar aqui no Brasil,

que é um país tropical. Mas as pessoas usam, sem questionar muito. Porque sempre foi assim, sempre se usou e prevalece a tradição”.

“O processo é nada mais do que uma relação de diálogo. Um diálogo das partes, dos advogados, do promotor de Justiça com o juiz. Então, sendo um diálogo, qual é a coisa mais importante que existe nessa situação? É que a comunicação seja bem-feita. Então, não adianta nada escrever um texto cheio de mesóclise, com inversões, bem complicado, e que ninguém consiga entender muito bem o que está sendo dito. Isso, inclusive, prejudica a própria relação processual. Porque se eu, como advogado, escrevo uma petição, e o juiz não consegue entender direito o que eu escrevi, eu estou prejudicando o meu cliente. É o contrário do que se pensava antigamente. Então, a gente não está fazendo um próprio algoritmo, a gente está prejudicando o nosso cliente.

Daniel Pacheco entende que a linguagem simples pode cumprir uma função de democratização da informação. “Frequentemente, eu sou convidado pela mídia para explicar decisões judiciais. Então, às vezes, o juiz dá uma decisão que não é muito clara para quem não é da área jurídica, e as pessoas me pedem para explicar o que o juiz decidiu. Ele deu o que a pessoa pediu ou não deu? Mandou prender ou não mandou prender? O que aconteceu? O que é esse caso? Então, ficam sempre muitas dúvidas, e eu acho que você usar a linguagem simples tem esse outro efeito que é muito benéfico, que é democratizar o que foi decidido pelo Judiciário. Tem que ser uma linguagem que qualquer pessoa que é alfabetizada, uma pessoa comum, consiga entender. Não pode acontecer isso de alguém precisar pedir o auxílio de um advogado para explicar o que foi dito lá”, finaliza.

(RAMOS, Regis. *Uso de linguagem simples no meio jurídico pode cumprir função de democratizar a informação*. *Jornal da USP*, 2024. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/uso-de-linguagem-simples-no-meio-juridico/>> Acesso em: 20/10/2024. Adaptado.)

Questão 09

O principal propósito comunicativo do texto é:

- A) Divulgar o projeto do ministro Barroso como uma solução eficaz para promover a participação popular nas decisões do judiciário.
- B) Convencer que a simplificação da linguagem jurídica pode proporcionar uma comunicação de fato eficiente entre cidadão e judiciário.
- C) Informar sobre as origens históricas e culturais que fundamentam a manutenção do rebuscamento linguístico no discurso jurídico brasileiro.
- D) Advertir para o fato de que até profissionais do Direito podem apresentar dificuldades de compreensão dos textos jurídicos e provocar prejuízos.

Questão 10

No trecho “*Sendo assim, uma das maiores bandeiras de sua gestão [...]*” (3º§), há presença de uma figura de linguagem que também pode ser observada no enunciado:

- A) “*Frequentemente, eu sou convidado pela mídia para explicar decisões judiciais.*” (6º§)
- B) “*Trata-se de uma tradição muito engessada e isso se estendeu ao longo dos anos, [...]*” (2º§)
- C) “*Apesar da roupagem complicada, esses são termos que expressam conceitos simples.*” (1º§)
- D) “[...] *texto cheio de mesóclise, com inversões, bem complicado, e que ninguém consiga entender[...]*” (5º§)

Questão 11

Na passagem “*Então, a gente não está fazendo um próprio algoritmo, a gente está prejudicando o nosso cliente.*” (5º§), o termo “**algoritmo**” foi empregado pelo professor Daniel Pacheco, no contexto, com o sentido de:

- A) Análise de fatos.
- B) Registro de experiências.
- C) Resolução de problemas.
- D) Constatação de resultados.

Questão 12

Adjetivos e advérbios, apesar de pertencerem a classes de palavras distintas, apresentam uma característica em comum: qualificam o constituinte que acompanham. Por isso, é frequente o emprego de adjetivos adverbializados nos textos. Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta adjetivo empregado com função de advérbio.

- A) “[...] *esses são termos que expressam conceitos simples.*” (1º§)
- B) “[...] *o juiz não consegue entender direito o que eu escrevi, [...]*” (5º§)
- C) “[...] *palavras podem ser estranhas para a maioria da população, [...]*” (1º§)
- D) “[...] *uma herança ultrapassada que remonta aos tempos da Roma antiga.*” (2º§)

Questão 13

Os textos podem apresentar fatos e opiniões acerca desses fatos. Assinale a alternativa em que o enunciado encerra uma opinião.

- A) “No Brasil, o Direito vem da tradição romana, [...]” (2º§)
- B) “[...] *quantum debeat* é usada para dizer ‘quanto se deve’.” (1º§)
- C) “[...] *gravata*, que é uma vestimenta que foi criada na Rússia, [...]” (4º§)
- D) “[...] *linguagem simples* pode cumprir uma função de democratização [...]” (6º§)

Questão 14

Só NÃO configura uma consequência negativa do emprego de linguagem jurídica rebuscada, de acordo com o texto:

- A) Distanciamento do público das discussões e decisões do judiciário.
- B) Necessidade de “tradução” das decisões judiciais por um advogado.
- C) Prejuízo da relação processual por dificuldade de entendimento do juiz.
- D) Ausência de reflexão sobre a permanência do tradicional jargão jurídico.

Questão 15

Segundo o texto, o sistema jurídico brasileiro sempre primou pelo preciosismo linguístico. Esse fato se fundamenta

- A) no desejo de demonstrar competência e erudição no exercício do Direito.
- B) na apropriação de modelos tradicionais do atual sistema jurídico romano.
- C) nas prescrições criadas pelos primeiros profissionais brasileiros do Direito.
- D) nos termos cunhados por juristas com profundo conhecimento do português.

Questão 16

O verbo “*ter*”, dependendo do contexto em que for empregado, pode apresentar significados distintos. Assinale a alternativa em que o sentido do verbo “*ter*” foi INCORRETAMENTE apontado.

- A) “[...] 2 mil anos atrás, se tinham fórmulas [...]” (2º§) – posse
- B) “[...] ‘*mudando o que tem que ser mudado*’ [...]” (1º§) – necessidade
- C) “Então se criou essa ideia, que se tem até hoje, [...]” (2º§) – existência
- D) “[...] usar a linguagem simples tem esse outro efeito [...]” (6º§) – implicação

Questão 17

Analise o fragmento a seguir: “[...] *Porque se eu, como advogado, escrevo uma petição, e o juiz não consegue entender direito o que eu escrevi*, [...]” (5º§). A conjunção e introduz valor lógico-semântico de:

- A) Adição.
- B) Explicação.
- C) Adversidade.
- D) Consequência.

Leia o texto II para responder às questões de 18 a 24.

Texto II

Sobre a simplificação da linguagem do Direito que o CNJ deseja

Há um projeto anunciado pelo ministro Barroso, presidente do CNJ, de simplificar a linguagem jurídica, que busca “eliminar termos excessivamente formais e dispensáveis à compreensão do conteúdo”, “adotar linguagem direta e concisa nos documentos, comunicados públicos, despachos, decisões, sentenças, votos e acórdãos” e “explicar, sempre que possível, o impacto da decisão ou julgamento na vida do cidadão”, entre outros pontos.

Reconheço as boas intenções. Sempre é bom desejar melhorias. Meu ponto é que, a pretexto de combater a condenável linguagem empolada (o datavenismo é chato mesmo) que herdamos de uma tradição elitista, há tempos se vem alimentando uma cultura simplificadora, que é extremamente perigosa. Essa cultura naturaliza uma formação de baixa qualidade, na qual se vende (e a palavra é justamente essa) aos alunos a ilusão de que não precisam estudar a sério para exercerem sua profissão. Toda complexidade do Direito seria na verdade uma complicação desnecessária.

Um grande mercado se estabeleceu para vender essas facilidades: professores, *coaches*, cursinhos, *tiktokers*, editoras e faculdades. Eles anunciam um aprendizado que exigiria pouca leitura, atenção e dedicação, mas que traria sucesso financeiro rápido e garantido. Os efeitos disso transcendem o ambiente educacional e se refletem num empobrecimento do raciocínio

jurídico visível na prática. Cada vez mais, crescem relatos do completo despreparo dos recém-formados. Não me refiro aqui somente às deficiências técnicas, de não saber operar minimamente com conceitos doutrinários ou elaborar peças processuais. Trata-se de algo muito mais profundo e catastrófico: lidadores jurídicos que sequer sabem interpretar leis ou argumentar de modo coerente. Analfabetos funcionais.

O assunto é *pop*. Jornalistas (e agora também o CNJ) amam pessoas da área jurídica que “explicam” o Direito em forma de platitudes. Ou, em palavras mais diretas, “Direito em linguagem simples”.

Admito que sempre é salutar facilitar a comunicação. Porém, a pergunta é: a ciência (ou uma área do conhecimento como o Direito) é algo para ser facilitado sem que perca a substância?

Uma coisa é o Direito em sua complexidade. Outra é confundir isso com a forma de comunicar para quem não é da área. Ou para quem é da área, dado o grau de mediocretização crescente. Aqui está o *busilis*. O problema de quem defende simplificar a linguagem do Direito (seja lá o que isso signifique) é que parece que desejam simplificar o Direito para os próprios lidadores jurídicos. Pior é misturar isso.

De minha parte, na contramão, penso que devemos é sofisticar o ensino. Urgentemente. Ou dessimplificar. E não confundir isso com a comunicação para o usuário (ou para os próprios profissionais). Não esqueçamos que quem explica para o paciente o problema é o médico. Não é o atendente do hospital. Nem o porteiro. E quem explica o caso para o usuário é o seu advogado. Isso quer dizer que explicar sentença por *tik tok* parece, com o devido respeito e com toda a *lhaneza*, uma espécie de caricatura do Direito.

Judiciário não faz Direito para jornalistas. Judiciário comunica Direito que foi aplicado. O Direito, que deve ser sofisticado porque cuida dos direitos das pessoas, deve ser tão complexo quanto necessário. Tão complexo quanto deve ser um procedimento cirúrgico para curar pessoas. O modo como o médico vai contar isso na entrevista é outra coisa.

(STRECK, Lenio Luiz. *Sobre a simplificação da linguagem do Direito que o CNJ deseja*. Consultor Jurídico, 2024. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2024-jan-25/sobre-a-simplificacao-da-linguagem-do-direito-que-o-cnj-deseja/>> Acesso em: 25/10/2024. Adaptado.)

Questão 18

A retomada (anáfora) ou antecipação (catáfora) de ideias nos textos é um importante recurso coesivo para o estabelecimento da progressão textual. De posse dessas informações, assinale a alternativa em que o elemento coesivo destacado exerce função catafórica no enunciado.

- A) “Os efeitos disso transcendem o ambiente educacional [...]” (3º§)
- B) “[...] precisam estudar a sério para exercerem sua profissão.” (2º§)
- C) “[...] vender essas facilidades: professores, coaches, cursinhos, [...]” (3º§)
- D) “[...] confundir isso com a forma de comunicar para quem não é da área.” (6º§)

Questão 19

O enunciador faz uma ressalva a respeito da simplificação da linguagem jurídica, que poderá ser feita para viabilizar a comunicação com:

- A) Estudantes de Direito.
- B) Magistrados em geral.
- C) Público não especializado.
- D) Novos bacharéis em Direito.

Questão 20

Na passagem “Isso quer dizer que explicar sentença por *tik tok* parece, com o devido respeito e com toda a *lhaneza*, [...]” (7º§), considerando o contexto, é possível inferir que o termo “*lhaneza*” foi empregado com sentido de:

- A) Comoção.
- B) Franqueza.
- C) Estranheza.
- D) Indignação.

Questão 21

Comparando os posicionamentos dos autores sobre a temática discutida nos textos I e II, pode-se afirmar que ambos apresentam pontos de vista:

- A) Incoerentes.
- B) Divergentes.
- C) Consonantes.
- D) Complementares.

Questão 22

Para o autor do texto, o maior impacto advindo da simplificação da linguagem jurídica é:

- A) Emergência de um mercado facilitador de formação acadêmica deficitária em Direito.
- B) Crença de que a complexidade do Direito reside somente em sua linguagem hermética.
- C) Propagação de noções simplórias de Direito em canais midiáticos de *coaches* e *tiktokers*.
- D) Crescente inaptidão de novos juristas para compreensão de normas e defesa lógica de tese.

Questão 23

No fragmento “[...] *uma tradição elitista, há tempos se vem alimentando uma cultura simplificadora, [...]*” (2º§), o emprego da forma verbal destacada, no contexto, sugere a ideia de uma ação que:

- A) Tem origem no momento presente.
- B) Se repete no presente e no passado.
- C) Começou antes de outra ação no passado.
- D) Iniciou no passado e continua no presente.

Questão 24

A analogia foi utilizada nos textos I e II como uma estratégia argumentativa a fim de facilitar a compreensão do interlocutor. Contêm analogias as seguintes passagens:

- A) Texto I: “*E lá na Roma antiga, 2 mil anos atrás, se tinham fórmulas que deviam ser repetidas exatamente iguais aos modelos pelos advogados e juizes.*” (2º§)
Texto II: “*O problema de quem defende simplificar a linguagem do Direito (...) é que parece que desejam simplificar o Direito para os próprios lidadores jurídicos.*” (6º§)
- B) Texto I: “[...] *advogado (...) sempre usou gravata, que é uma vestimenta que foi criada na Rússia, um país muito frio (...). Não faz sentido nenhum a gente usar aqui no Brasil, que é um país tropical.*” (4º§)
Texto II: “[...] *quem explica para o paciente o problema é o médico. Não é o atendente do hospital. Nem o porteiro. E quem explica o caso para o usuário é o seu advogado.*” (7º§)
- C) Texto I: “[...] *e eu acho que você usar a linguagem simples tem esse outro efeito que é muito benéfico, que é democratizar o que foi decidido pelo Judiciário.*” (6º§)
Texto II: “*Jornalistas (...) amam pessoas da área jurídica que ‘explicam’ o Direito em forma de platitudes. Ou, em palavras mais diretas, ‘Direito em linguagem simples’.*” (4º§)
- D) Texto I: “[...] *a pessoa que estudava Direito normalmente era aquela pessoa mais culta, que dominava a língua portuguesa muito bem e gostava de mostrar essa erudição [...]*” (2º§)
Texto II: “*Essa cultura naturaliza uma formação de baixa qualidade, na qual se vende (...) aos alunos a ilusão de que não precisam estudar a sério para exercerem sua profissão.*” (2º§)

Leia o texto III para responder às questões de 25 a 33.

Texto III

Eloquência singular

Mal iniciara seu discurso, o deputado embatucou:

– Senhor Presidente: eu não sou daqueles que...

O verbo ia para o singular ou para o plural? Tudo indicava o plural. No entanto, podia perfeitamente ser o singular:

– Não sou daqueles que...

Não sou daqueles que recusam... No plural soava melhor. Mas era preciso precaver-se contra essas armadilhas da linguagem – que recusa? – ele que tão facilmente caía nelas, e era logo massacrado com um aparte. Não sou daqueles que...

Resolveu ganhar tempo:

– ...embora perfeitamente cômico das minhas altas responsabilidades como representante do povo nesta Casa, não sou...

Daqueles que recusa, evidentemente. Como é que podia ter pensado em plural? Era um desses casos que os gramáticos registram nas suas questiúnculas de português: ia para o singular, não tinha dúvida. Idiotismo de linguagem, devia ser.

...daqueles que, em momentos de extrema gravidade, como este que o Brasil atravessa...

Safara-se porque nem se lembrava do verbo que pretendia usar:

– Não sou daqueles que...

Daqueles que o quê? Qualquer coisa, contanto que atravessasse de uma vez essa traiçoeira pinguela gramatical em que sua oratória lamentavelmente se havia metido logo de saída. Mas a concordância? Qualquer verbo servia, desde que conjugado corretamente, no singular. Ou no plural:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED/PR

– Não sou daqueles que, dizia eu – e é bom que se repita sempre, senhor Presidente, para que possamos ser dignos da confiança em nós depositada...
Intercalava orações e mais orações, voltando sempre ao ponto de partida, incapaz de se definir por esta ou aquela concordância.
[...]
Intercalou mais uma oração e foi em frente com bravura, disposto a tudo, afirmando não ser daqueles que...
– Como?
Acolheu a interrupção com um suspiro de alívio:
– Não ouvi bem o aparte do nobre deputado.
Silêncio. Ninguém dera aparte nenhum.
– Vossa Excelência, por obséquio, queira falar mais alto, que não ouvi bem – e apontava, agoniado, um dos deputados mais próximos.
– Eu? Mas eu não disse nada...
– Terei o maior prazer em responder ao aparte do nobre colega. Qualquer aparte.
O silêncio continuava. Interessados, os demais deputados se agrupavam em torno do orador, aguardando o desfecho daquela agonia, que agora já era, como no verso de Bilac, a agonia do herói e a agonia da tarde.
– Que é que você acha? – cochichou um.
– Acho que vai para o singular.
– Pois eu não: para o plural, é lógico.
O orador seguia na sua luta:
– Como afirmava no começo de meu discurso, senhor Presidente...
Tirou o lenço do bolso e enxugou o suor da testa.
Vontade de aproveitar-se do gesto e pedir ajuda ao próprio Presidente da mesa: por favor, apura aí pra mim, como é que é, me tira desta...
– Quero comunicar ao nobre orador que o seu tempo se acha esgotado.
– Apenas algumas palavras, senhor Presidente, para terminar o meu discurso: e antes de terminar, quero deixar bem claro que, a esta altura de minha existência, depois de mais de vinte anos de vida pública...
E entrava por novos desvios:
– Muito embora... sabendo perfeitamente... os imperativos de minha consciência cívica... senhor Presidente... e o declaro peremptoriamente... não sou daqueles que...
O Presidente voltou a adverti-lo de que seu tempo se esgotara. Não havia mais por onde fugir:
– Senhor Presidente, meus nobres colegas!
Resolveu arrematar de qualquer maneira. Encheu o peito e desfechou:
– Em suma: não sou daqueles. Tenho dito.
Houve um suspiro de alívio em todo o plenário, as palmas romperam. Muito bem! Muito bem! O orador foi vivamente cumprimentado.

(SABINO, Fernando. *Eloquência singular*. In: *A companheira de viagem*. Rio de Janeiro: sabiá, 1965. Adaptado.)

Questão 25

De acordo com o texto, pode-se afirmar que:

- A) Embora o texto não apresente uma progressão textual adequada, é possível compreender a sequência dos fatos narrados.
- B) Para dar prosseguimento ao seu discurso, o deputado utiliza estratégias que contribuem para a solução do problema linguístico apresentado.
- C) O discurso do deputado não alcança uma progressão textual satisfatória, já que não consegue concluí-lo adequadamente de acordo com a percepção do público a quem se dirige.
- D) Para o deputado, a continuidade do discurso dependia de escolhas adequadas referentes a aspectos linguísticos considerando-se o tipo de linguagem característica de tal gênero textual.

Questão 26

Acerca da articulação observada em referência às frases constituintes do texto apresentado, indique a alternativa correta.

- A) Em “*Safara-se porque nem se lembrava do verbo [...]*” (9º§), o termo destacado foi empregado para introduzir uma ressalva.
- B) Em “*Qualquer coisa, contanto que atravessasse de uma vez [...]*” (11º§), a atitude de certeza é expressa com o conectivo causal destacado.
- C) Em “*... embora perfeitamente cômico das minhas altas responsabilidades [...]*” (6º§), o termo destacado pode ser substituído por “*apesar de*”.
- D) Em “*Qualquer verbo servia, desde que conjugado corretamente, no singular.*” (11º§), a expressão destacada pode ser substituída por “*ainda que*” atendendo ao propósito comunicativo original.

Questão 27

Dentre os elementos destacados a seguir, só **NÃO** representa um termo com função coesiva em que o objetivo é manter o referente apresentado no texto:

- A) “Mal iniciara seu discurso, [...]” (1º§)
- B) “– Senhor Presidente: eu não sou daqueles que...” (2º§)
- C) “Mas era preciso precaver-se contra essas armadilhas da linguagem [...]” (5º§)
- D) “Era um desses casos que os gramáticos registram nas suas questiúnculas [...]” (7º§)

Questão 28

“**Mas** era preciso precaver-se contra **essas armadilhas** [...]” (5º§) A substituição do termo destacado, em que o efeito de sentido original é preservado assim como a coerência textual, é possível por:

- A) No entanto.
- B) Deste modo.
- C) Consoante tudo.
- D) Por conseguinte.

Questão 29

Ao unir os trechos “– Não sou daqueles que ...” (5º§) e “... embora perfeitamente cômico das minhas altas responsabilidades como representante do povo nesta Casa, não sou...” (6º§), observa-se:

- A) Apresentação de um argumento que justifica a negativa inicial.
- B) Comprometimento do orador com a objetividade do discurso proferido.
- C) Uma solução estratégica que contribui e expressa o desenvolvimento da ideia inicial.
- D) Intercalação de uma informação para, a seguir, dar continuidade ao enunciado inicial.

Questão 30

Identifique, a seguir, a reescrita em que o trecho destacado tem a sua sequência lógica original prejudicada.

- A) “– Não sou daqueles que, dizia eu [...]” (12º§) / – Eu dizia que não sou daqueles que [...]
- B) “Intercalava orações e mais orações, [...]” (13º§) / Oração intercalava mais orações, [...]
- C) “Mal iniciara seu discurso, o deputado embatucou: [...]” (1º§) / O deputado, logo de início, atrapalhou-se no discurso [...]
- D) “Safara-se porque nem se lembrava do verbo que pretendia usar [...]” (9º§) / Safara-se não lembrando do verbo que pretendia usar.

Questão 31

De acordo com o último período do texto: “O orador foi vivamente cumprimentado.”, pode-se afirmar que:

- A) A intenção comunicativa provoca a omissão do agente da ação verbal.
- B) A expressão “O orador” ocupa destaque no enunciado como agente da ação verbal.
- C) Caso a expressão “o orador” fosse omitida, o agente verbal seria obrigatoriamente explicitado.
- D) A ênfase à ação verbal ocorre por meio do emprego do tempo verbal indicando ação contínua.

Questão 32

Considerando-se o gênero textual discurso e suas características; pode-se afirmar que, no texto:

- A) A conclusão do discurso como uma frase de efeito demonstra uma estratégia característica deste gênero textual.
- B) A sequência argumentativa expressa pelo orador tem como objetivo promover o desenvolvimento de suas ideias posteriormente.
- C) O emissor apresenta um gênero textual predominantemente expositivo cuja informatividade centra-se no recurso linguístico que provoca a dúvida apresentada.
- D) Tendo como objetivo que o público concorde com as ideias expostas, o orador utiliza como estratégia a interpelação ao público em determinado momento da narrativa.

Questão 33

Considerando a narrativa apresentada e seus elementos constituintes, assinale a alternativa correta.

- A) A partir das reflexões do personagem principal, é possível reconhecer o texto como um exemplo de narrativa psicológica.
- B) Uma das características que permite a identificação do texto como narrativo é o arranjo sucessivo dos acontecimentos, em uma linha evolutiva.
- C) O ponto de vista narrativo, de primeira pessoa, permite o reconhecimento de prejulgamento em relação às personagens, demonstrando parcialidade e subjetivismo.
- D) No texto apresentado, o ponto máximo de tensão – o clímax – pode ser identificado como o momento em que o orador finalmente conclui seu discurso e recebe os aplausos dos ouvintes.

Questão 34

O navio negreiro

Quem são estes desgraçados
 Que não encontram em vós
 Mais que o rir calmo da turba
 Que excita a fúria do algoz?
 Quem são? Se a estrela se cala,
 Se a vaga à pressa resvala
 Como um cúmplice fugaz,
 Perante a noite confusa...
 Dize-o tu, severa Musa,
 Musa libérrima, audaz!...
 São os filhos do deserto,
 Onde a terra esposa a luz.
 Onde vive em campo aberto
 A tribo dos homens nus...
 São os guerreiros ousados
 Que com os tigres mosqueados
 Combatem na solidão.
 Ontem simples, fortes, bravos.
 Hoje míseros escravos,
 Sem luz, sem ar, sem razão. . .
 (Castro Alves)

Contrato de trabalho

Sou um negro
 Ao candidatar-me
 A um emprego,
 mesmo sabendo
 que a “chance”
 está reservada
 às “pessoas de boas aparências”.

Sou um negro
 Ao candidatar-me
 A um emprego
 Mesmo sabendo que a “vaga”
 Já foi “devidamente preenchida”.

(Adão Ventura)

A partir das leituras anteriores pode-se afirmar que:

- A) O tema negritude tratado nos poemas aponta o contexto da escravidão chegando até o preconceito.
- B) A função estética da literatura por meio da expressão poética mostra-se predominante nos dois textos apresentados.
- C) É possível identificar a afirmação da dominação e escravidão de um povo e a ênfase à permanência da mesma realidade.
- D) A temática que remete à função social da literatura por meio da poesia pode ser identificada em “*Contrato de trabalho*”, o que não pode ser visto no fragmento de “*O navio negreiro*” por tratar-se de uma obra clássica da literatura.

Questão 35

De tudo ao meu amor serei atento
 Antes, e com tal zelo, e sempre, e tanto
 Que mesmo em face do maior encanto
 Dele se encante mais meu pensamento.

(Trecho do Soneto de fidelidade de Vinicius de Moraes, do livro “Antologia poética”. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960, p. 96.)

A partir de recursos estilísticos, efeitos sonoros específicos podem ser identificados no trecho apresentado. Considerando tal afirmação, está correto o indicado em:

- A) A assonância, as rimas e o ritmo reforçam a musicalidade do poema.
- B) Nesse poema, o recurso sonoro utilizado restringe-se às rimas que ocorrem no fim dos versos.
- C) O emprego de recursos sonoros no poema reflete uma característica exclusiva da poesia parnasiana.
- D) A relação estabelecida entre som e sentido promove o reconhecimento e o aprofundamento da temática proposta.

Questão 36

De acordo com o conhecimento acerca dos movimentos literários no Brasil assim como suas características, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Determinismo.
2. Admiração pelo Classicismo.
3. Quebra das convenções de versificação.
4. Complexidade e profundidade dos conceitos.

- () Barroco.
() Realismo.
() Modernismo.
() Parnasianismo.

A sequência está correta em

- A) 1, 2, 3, 4.
B) 2, 3, 4, 1.
C) 2, 4, 1, 3.
D) 4, 1, 3, 2.

Questão 37

Mas porém é brasileiro,
Brasileiro que nem eu...
Fomos nós dois que botamos
Pra fora Pedro II...
Somos nós dois que devemos
Até os olhos da cara
Pra esses banqueiros de Londres...
(Mário de Andrade – Poesias completas.)

Considerando a temática tratada assim como seu autor, pode-se afirmar que a estrofe apresentada:

- A) Evidencia a soma do ufanismo romântico à tradição parnasiana.
B) Demonstra a crítica aos padrões europeus por meio da poesia parnasiana.
C) É um exemplo de nacionalismo crítico, uma das características do Modernismo no Brasil.
D) Demonstra o ufanismo presente no Romantismo em que se buscava a idealização da pátria.

Questão 38

A imagem a seguir apresenta uma das obras mais emblemáticas de Tarsila do Amaral. Ao lado de seu marido, Oswald de Andrade, inaugurou o movimento Antropofágico:



(Abaporu, 1928, obra símbolo do movimento antropofágico.)

Relacionado à imagem e informações anteriores, assinale a afirmativa correta.

- A) O movimento literário modernista teve grande influência também na pintura e tem como exemplo a obra de Tarsila do Amaral.
B) O movimento Antropofágico, representado na tela de Tarsila do Amaral, está relacionado à temática sociopolítica da poesia de 1945.
C) A obra critica, por meio de um discurso irônico, a posição de inutilidade do poeta – representado na tela – e da poesia puramente formal.
D) Para Tarsila do Amaral, o movimento modernista não representava inovação, mas uma retomada de referências românticas que ela retrata na imagem apresentada.

Questão 39

Leia a seguir a estrofe do poema de Manuel Bandeira – “Os sinos”:

Sino de Belém, como soa bem!
Sino de Belém bate bem-bem-bem.
Sino da paixão... Por meu pai?... –Não!
Não!
Sino da paixão bate bão-bão-bão.

As figuras de linguagem fonéticas também são reconhecidas como recursos estilísticos utilizados especialmente na literatura.

Acerca da estrofe apresentada, pode-se afirmar que:

- A) O emprego da onomatopeia tem como principal objetivo a imitação do toque do sino.
- B) A expressão “bem-bem-bem” é dependente semanticamente da expressão equivalente “bão-bão-bão”.
- C) É possível perceber a função expressiva a partir do emprego da onomatopeia no segundo e no último verso da estrofe.
- D) Em “bão-bão-bão” ocorre a aproximação de palavras semelhantes pelos sons e o contrário, distanciamento, em relação aos sentidos expressos.

Questão 40

Considerando as funções da literatura, reconhecendo-a como uma modalidade artística, pode-se afirmar sobre o texto literário:

- I. A linguagem predominante é a denotativa.
- II. Possui função, predominantemente, utilitária.
- III. Possui caráter subjetivo e conotativo.
- IV. Pode apresentar como uma de suas funções afirmar a identidade de um povo.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

INSTRUÇÕES

1. As provas terão duração de quatro horas para candidatos com **uma** inscrição e seis horas para candidatos com **duas** inscrições. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para a Folha de Respostas (Gabarito).
2. O caderno de provas é composto por 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para a área de conhecimento (Educação Básica) e eixos tecnológicos (Educação Profissional).
3. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
4. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde à área de conhecimento/eixos tecnológicos a que está concorrendo, bem como se os dados constantes na Folha de Respostas (Gabarito) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal de aplicação.
5. **As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao fiscal de aplicação a Folha de Respostas (Gabarito) devidamente assinada em local específico.**
6. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares, o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
7. Os fiscais de aplicação não estão autorizados a emitir opinião e a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
8. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação da Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.
9. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato também poderá se retirar do local de provas somente a partir das 2 (duas) horas após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas.
10. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum desses candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado o Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado.

RESULTADOS

Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão publicados no dia 30 de setembro de 2024, a partir das 16h.